

FILHOS POR ADOÇÃO

Luiz Schettini Filho*

1. A decisão

Na experiência humana a realidade será sempre precedida de um sonho. O pensamento, a imaginação, a idéia compõem o cenário da montagem da realidade. O sonho não é antagônico à realidade, está incluído na sua origem.

Essa observação vem a propósito da tentativa de entender o sentido do filho para a pessoa humana. O filho será sempre um sonho, mesmo que, às vezes, se torne um pesadelo diante das fantasias e dos desejos que acalentamos. Sonho e realidade se complementam no processo de geração e interação com o filho.

O filho é a resultante esperada da relação homem-mulher; é como se o equilíbrio se completasse a partir de um terceiro referencial. Sem dúvida, é da interação dessas três forças –que oferecem, reciprocamente, apoio e harmonia no sistema de dar e receber – que surge a verdadeira unidade. Falamos aqui, portanto, de uma triunidade, não no sentido aritmético, mas no sentido de uma dimensão ética, segundo a qual as relações interpessoais ocorrem de uma forma harmônica e complementar. É oportuno lembrar que a unidade pressupõe a diversidade, assim como a semelhança pressupõe a diferença, mas, nesse caso, as diferenças – que marcam o caráter na individualidade – aproximam e deixam transparecer o todo, o conjunto.

A busca do filho resulta, portanto, de uma conjunção ética e não simplesmente de uma conquista genética. É nesse ambiente que se processa a adoção. É dentro do âmbito da relação ética que se constrói a real parentalidade, conduzida pela convivência afetiva.

A adoção, porém, se inscreve em um contexto de impossibilidades. Uns adotam filhos por não poderem gerá-los. Outros os geram, mas esbarram na impossibilidade de criá-los. O poder de uns se impõe ao não-poder de outros. Essa questão, com certeza, produz interferências nas relações interpessoais de pais e filhos adotivos. A experiência clínica nos mostra, entretanto, que o apego afetivo, que se estabelece através da criação – que não se confunde com “educação” – faz da relação parental adotiva uma peça indivisível.

Por essas razões, torna-se necessário uma incursão na dinâmica psicológica da adoção. A adoção não pode ser encarada apenas como um fenômeno operacional que leve a localizar uma criança para torná-la filho. O filho adotivo não vem de fora; vem de dentro, como de dentro vem o filho biológico. Isto é, o filho que se adota é o filho que, afetivamente, é “gestado” no psiquismo de seus novos pais.

2. Adoção consciente

Adotar é uma decisão que envolve a vida de tantas pessoas que não pode ser fundamentada apenas em objetivos e expectativas unilaterais. Em nenhum momento, se pode perder de vista que o objeto fundamental da adoção é o filho e não, propriamente, os pais, por isso tais implicações devem ser consideradas do ponto de vista de seu significado para a criança. Esse pressuposto direciona o processo de uma maneira clara e definida, ajudando a responder algumas questões que são motivo de ansiedade e angústia para as pessoas que se vêem numa situação de conflito, diante da decisão de adotar.

Muitas vezes, os adultos fazem das crianças o repositório de sua imaginação e expectativas, não se dando conta das consequências futuras de suas fantasias. Os filhos carregam sobre si o peso das esperanças dos pais para depois, muitas vezes, arrastarem, também, o fardo das suas frustrações. Como resultado dessa situação, começamos a ver com mais frequência crianças se infantilizando, isto é, resistindo ao crescimento emocional, como que retardando o confronto com sua imagem de adulto por conta do medo de frustrarem os desejos dos pais ou da família.

Decidir ter um filho é muito mais do que decidir-se pela procriação; é dispor-se à criação de uma pessoa com tudo o que representa a sua individualidade, mesmo que nos desagrade e destrua parte dos nossos sonhos. Os processos de criação e educação são elementos de ajuda e apoio, mas não de amordaçamento. A consciência desse fato nos leva a um momento de maturidade e de profunda importância quando percebemos que as nossas expectativas em relação aos filhos podem ser desautorizadas e anuladas por eles mesmos.

E nisso precisamos aprender uma grande lição de humildade: as expectativas são legítimas, mas não precisam

ser uma determinação. Filho não é instrumento para a conquista de metas pessoais.

A criança adotada não pode ser simplesmente um capítulo a mais no planejamento familiar ou apenas um dos elementos que compõem um projeto de vida.

Para pensar em adotar um filho, é preciso que se tenha instalado na família uma relação de afeto que possibilite vivenciar em conjunto a experiência da adoção como um sólido projeto de vida. É preciso que os membros da família se amem, para que possam amar juntos o filho esperado.

Adotar um filho não pode ser uma decisão impulsiva. Não podemos ignorar que determinados valores fazem parte das nossas expectativas. É importante, por exemplo, refletir, rever e redimensionar nossa posição sobre a idéia de um filho que se enquadre nas expectativas sociais dos referenciais genéticos. A idéia da adoção exige que filtremos nossos conceitos em relação a essa “exigência” das ligações genéticas.

É nesse momento que precisamos nos confrontar com nossos conceitos e preconceitos, superando as barreiras biológicas e genéticas, que decrescem de importância e, mesmo, desaparecem como dados significativos na medida que se estabelece a verdadeira relação de afeto.

3. Os motivos

Sem dúvida, precisamos rever o conceito de maternidade/paternidade. O alicerce na consciência parental está no sentimento de que adotar um filho implica um processo de incorporação. O filho adotivo é engendrado dentro de quem o adota, da mesma forma que acontece com aquele que o gera biologicamente. Por essa razão, na interação com o filho, precisamos mais de expressões de afeto do que de pressões pedagógicas. É a convivência afetiva que dá sentido à relação de parentalidade.

Não podemos ignorar, no entanto, que a criança adotada vive, de um modo geral, uma “tríplice rejeição”.

Do seu ponto de vista, ela se sente rejeitada pela mãe de origem, independentemente da razão pela qual não a adotou como filha, mesmo que a impossibilidade tenha, por exemplo, decorrido de sua morte. Essa é a primeira fonte de rejeição. A segunda surge como decorrência de seu medo de não ser

aceita como filha pelos pais adotivos. A terceira resulta do reflexo, que muitas vezes existe, do receio que os pais adotivos têm de não serem aceitos pelo filho adotado. Esta síndrome de rejeição se resolve ao longo da convivência afetiva. Não existe interação entre pais e filhos sem que haja uma relação de amor. E o amor é a única emoção que precisa ser alimentada continuamente para que possa subsistir. Essa característica, ao invés de indicar fragilidade, aponta para sua importância e mostra que a vida exige uma participação vigilante para que se mantenha com sentido.

As dificuldades que encontramos na relação dos pais com os filhos adotivos não diferem na sua essência das mesmas relações com aqueles que têm uma história de adoção. Percebemos, no entanto, que os filhos adotivos têm uma história peculiar, como todos a temos por conta de nosso caráter de individualidade. Diferenças não são deficiências; são marcas pessoais, que compõem nosso patrimônio de pessoa.

A experiência nos mostra que há pessoas com uma história de adoção, que apresentam, pelo menos por um período do seu desenvolvimento, alguma dificuldade de aceitar a aceitação. Ser aceito torna-se uma carga, que resulta em uma responsabilidade, muitas vezes, difícil de assumir. Para essas pessoas, a aceitação é interpretada como a existência de fragilidade ou mesmo como uma declaração de incompetência. Novamente nos encontramos com uma questão para a qual a saída é o estabelecimento de uma relação de afeto. Amar aquele que tem dificuldade de ser amado será, sem dúvida, uma suprema demonstração de humanidade.

4. Os preconceitos

É oportuno destacar o capítulo dos preconceitos, que tanto dificultam o processo no momento da adoção como desequilibram as relações com os filhos já adotados, relações, aliás, que poderiam ser muito saudáveis não fosse o caráter desagregador de certas idéias preconcebidas.

As imagens pré-formadas sobre o comportamento das pessoas têm sido responsáveis por boa parte das dificuldades nas relações interpessoais. Interpretações apressadas, ou fundamentadas em idéias estabelecidas a partir de generalizações inconseqüentes, distanciam as pessoas umas das outras ou formam barreiras que relegam as minorias ao

amargor das discriminações. Uma dessas minorias, com certeza, é constituída pela criança adotada, que sente na pele o peso dos estereótipos incrustados em nossa cultura.

Vejamos alguns exemplos de situações preconceituosas.

- A idéia da importância dos laços de sangue passa de geração em geração e é uma das mais fortes razões do preconceito contra a criança adotada. O genético e o hereditário fazem parte da ambição humana de perpetuação. Se somos dobrados pela finitude concretizada na morte, lutamos pela permanência, deixando as marcas pessoais – não importa se boas ou más – nos filhos que geramos. No filho adotivo, não se realiza a marca genética nem se satisfaz a expectativa social da “normalidade” reprodutiva. Não se consideram todos os outros laços que, na pessoa humana, ligam os genitores a seus filhos. As relações afetivas constituem o grande arcabouço das ligações interpessoais, que perduram, renovam-se e compõem a dinâmica da vida.
- Outra situação é o pressuposto de que as crianças adotadas nascem com uma história de fragilidade. Essa posição, certamente, decorre da constatação de que a maioria delas é originária de famílias desintegradas, onde os valores carecem de definição e consistência.
- Ver a criança adotada como um ser inferior e necessariamente frágil é fazer uma generalização promovida pelo preconceito. Essa postura, por parte dos adultos produz na criança um compreensível retraimento como mecanismo de defesa para não ser identificada como um ser incapaz e incompetente para a vida.
- Outra questão, diz respeito às diferenças. Direta ou indiretamente, conscientemente ou não, a criança adotada busca sua igualdade ou similitude com as demais pessoas do grupo familiar, sendo obstada por aquelas que dificultam sua tarefa de integração quando a rotulam como uma pessoa diferente. É difícil para a criança, se ver e se sentir semelhante às outras, quando os adultos formam dela uma idéia de “criança diferente”.
- Outra razão que leva algumas pessoas ao preconceito é o fato de se desconhecer parte da história pregressa do filho. O desconhecido propicia fantasias fóbicas e é, quase sempre, ameaçador. A partir daí, a generalização transtorna o

caminho da aceitação, dificultando ver a criança como alguém que pode ser filho, independente de informações sobre sua história.

- Uma outra situação que leva ao preconceito é a visão de que o filho adotivo é um "intruso". Há pessoas que tentam impedir a sua entrada na família, já que acreditam que estará tomando o lugar do "filho legítimo". Trata-se de uma forma de agressão que, em alguns casos, perdura por muito tempo ou pelo tempo todo. Mesmo quando tudo parece superado, a linguagem trai o preconceito e o revela. É quando as pessoas se referem aos pais biológicos como os "pais verdadeiros".

5. As consequências do preconceito

A prática da clínica psicológica tem mostrado com razoável clareza que, no mais das vezes, os problemas não estão propriamente no filho que se adota, mas nos pais que o adotaram ou nas pessoas que o cercam, com suas atitudes preconceituosas.

Dentre os muitos males que os preconceitos produzem nas crianças adotadas, está a perturbação na formação de sua auto-imagem. Isso acontece porque elas incorporam ao seu auto-conceito, segundo a sua maior ou menor capacidade de resistência, a idéia que delas têm as outras pessoas.

Para compreender a importância e a profundidade dessa questão é preciso refletir mais detalhadamente sobre a formação e a estruturação do "eu". À medida que a criança cresce e se desenvolve, estabelece-se um processo de percepção que lhe permite se ver diferente das outras pessoas. Surge, assim, a "estrutura do eu" como um referencial integrado de suas experiências pessoais. Essa estrutura se baseia em alguns pressupostos como: primeiramente, a suposição da realidade, que permite a interpretação das coisas que a rodeiam; em segundo lugar, a suposição de valor, que se refere às idéias de como essas coisas devem ser; e em terceiro lugar, a suposição de possibilidade, que diz respeito a como essas coisas deveriam ser.

O "ser pessoa", traduzido na formação do "eu", é consequência também do tu e do nós. O outro como indivíduo e como grupo modifica a forma de cada um se perceber e se interpretar. Os elementos que compõem o

"eu" na sua complexidade tanto fluem da interioridade do indivíduo, quanto refluem do grupo social. Essa incorporação das coisas de sua vivência e da interpretação da experiência dos outros dá ao indivíduo a medida do seu "eu". Isso aumenta a responsabilidade dos adultos em relação à criança, porque parte dos componentes da formação de seu "eu" resulta dos conceitos e preconceitos que em relação a ela se tem.

Somos responsáveis por parte da auto-estima da criança por conta da interpretação que fazemos do seu comportamento. No caso do filho adotivo, nossos medos, nossas fragilidades e a dificuldade de percebê-lo como a resultante de uma relação de afeto, chegam a interferir e a modificar sua forma pessoal de ser.

6. Os medos

A maioria dos pais adotivos teme que haja uma prevalência das características herdadas sobre aquilo que é ambiental, o que já indica uma compreensão pré-estabelecida de que, desconhecendo-se o que é hereditário, supõe-se que possa ser defeituoso e, portanto, indesejável. Nesse clima de insegurança, desenvolve-se uma espécie de "patologia do hereditário". É a idéia de que o desconhecido tende a ser mais ameaçador do que aquilo que se conhece; como se, conhecendo, pudéssemos exercer domínio sobre os fatos.

A hereditariedade não tem de ser um fantasma ameaçador; ela é a base que permite um número infindável de combinações com os elementos que a criança encontra no seu ambiente e que incluem os processos e formas de educação de que ela dispõe. Nossa experiência indica a necessidade de os pais adotivos aprenderem a não se contaminar com esse medo. A segurança que gostariam de ter não é possível nem mesmo para aqueles que geram seus próprios filhos. Portanto, é voltando-se para a atualidade do filho que os pais vão dar a sua grande contribuição para a formação da sua personalidade. A riqueza das novas experiências vividas pela criança, segundo seus estágios de desenvolvimento e suas necessidades pessoais, é o bastante para encaminhá-los na vida.

Dentre os aspectos mais estudados da personalidade, certamente está a inteligência, à qual é atribuída a maioria dos sucessos e fracassos da criança. Para os pais, esta é uma área crucial do desenvolvimento. A todo momento buscam

comprovações da inteligência do filho, através de tarefas que o fazem realizar como se este precisasse continuamente dar atestado de sanidade intelectual.

Outro aspecto do qual não podemos nos descuidar é uma característica própria da infância, que se constitui em um instrumento eficiente na elaboração da personalidade: a imitação. É por ela que a criança introjeta muitos comportamentos e promove muitas de suas aprendizagens. Imitando ações e atitudes das pessoas com quem convive e que lhe servem de referencial afetivo, a criança fornece aos pais condições que facilitam seu trabalho educativo de ajuda na formação da personalidade. É muito mais fácil absorver um ensinamento vivenciado do que verbalizado; incorpora-se, com mais facilidade, o exemplo do que a palavra. Quando a palavra é corroborada pelo exemplo, a eficácia é maior. E se o exemplo e a palavra se unem a uma relação de afeto, a criança passa a dispor de um acervo básico extremamente propício a um desenvolvimento saudável. As eventuais discrepâncias na estruturação da personalidade serão decorrência provavelmente daquilo que é inatingível: a individualidade – o grande patrimônio da pessoa humana.

Na formação da personalidade, o que parece chamar mais a atenção dos pais são os aspectos ligados ao caráter e à moralidade. As noções de moralidade provenientes do grupo social dificilmente serão absorvidas pela criança se não forem convenientemente apresentadas nos começos de sua primeira infância. A dificuldade dos adultos reside na disparidade existente entre aquilo que querem ensinar e aquilo que praticam. Não será pela pressão que a criança aprenderá valores morais, nem tampouco pela repressão, nem mesmo pela impressão; a expressão através da vivência pessoal, sublinhada pela verbalização do comportamento tende a ser mais eficaz como metodologia pedagógica.

Quando se fala em aprendizagem pela imitação, não se pode esquecer que a repetição é elemento pedagógico auxiliar para a fixação dos hábitos. Muitos adultos se queixam do descaso das crianças às ordens e ensinamentos que recebem. Trata-se de uma exigência descabida, e até injusta, esperar de alguém, que apenas se inicia nos complexos processos de aprendizagem, respostas imediatas e corretas. Além das características da individualidade, não podemos esquecer que a criança não dispõe dos referenciais e da experiência dos adultos.

Aqui é oportuno um comentário. No inconsciente, sobre o qual não temos domínio, acumulam-se e sedimentam-se choques e conflitos muito pessoais. É de lá que provêm expressões do comportamento ligadas a tendências instintivas. De modo que não podemos ter a pretensão de orientar, formar ou plasmar a personalidade de uma criança, baseados simplesmente nos nossos esforços e bem intencionadas metodologias. Por isso mesmo, também, não precisamos, necessariamente, assumir as culpas dos possíveis desvios de personalidade que ocorram em nossos filhos. Seria injusto e desumano viver uma culpa inexistente.

O processo de estruturação da personalidade flui paralelamente à afirmação da auto-imagem, que não pode ser dissociada da percepção de sua origem. O silêncio sobre a origem da criança produz mais fantasias negativas e confusas do que imagens positivas referentes aos pais biológicos. O silêncio sobre o passado, tanto por parte dos pais quanto do filho, produz uma conveniência artificial que dificulta a evolução da individualidade, lentificando e retardando o seu processo de maturação.

A estruturação adequada da identidade do filho adotado exige, por mínimo que seja, o conhecimento de elementos de seu passado, para que ele o incorpore à sua experiência futura. Para que isso aconteça, é necessário que os pais adotivos saibam dar o mesmo valor tanto à história passada quanto à história atual do filho, agora integrado em uma nova família. No caso de crianças de pouca idade, que não têm lembranças objetivas de seu passado, cresce a responsabilidade de dar todas as informações disponíveis para que, ao longo do desenvolvimento, se possa configurar uma identidade.

7. Contar ou não contar?

Dentre os direitos da pessoa humana, um deles assume marcante importância existencial: o direito à biografia, pois é a história que dá sentido à pessoa como ser existente, dando, também, sentido à sua individualidade. De modo geral, sabemos o início de nossa biografia, mas não temos idéia de como terminará.

O filho adotivo carrega na sua história uma interrogação a mais: desconhece ou, quase sempre, tem conhecimento apenas de fragmentos de sua história de origem. Sem história não

somos pessoas reais, pois precisamos ouvir a nossa história para podermos ouvir a nós mesmos.

É verdade, que, independentemente de ser informado de sua origem, o filho adotivo tem uma percepção inconsciente da peculiaridade de sua história. Mesmo ignorando informações objetivas sobre sua origem, ele vive no inconsciente sua história inicial. Vive, no entanto, a angústia de não poder traduzir na linguagem do consciente a sua trajetória histórica. O saber inconsciente não preenche a necessidade consciente de se ver inserido na história.

Sabemos, desde há muito, pela experiência clínica e pela vivência pessoal dos pais adotivos, que menos sofrido é saber-se adotivo do que sentir-se enganado pelas pessoas com quem se construiu vínculos afetivos de natureza parental. A verdade é preferível à mentira. A verdade que desabrocha em uma relação de afeto não traz elementos destruidores, apesar dos desconfortos ou mesmo das intensas angústias que possa provocar. Se a verdade provocar dor, também fortalece os laços da confiança.

Na relação parental adotiva, as dificuldades relacionadas com a comunicação da origem do filho são muito mais um problema dos pais adotantes do que dos filhos adotados. Quando não se conta ao filho sua história ou forja-se uma história inverídica para eliminar o incômodo da inexistência da ligação genética, tenta-se fugir de um momento de angústia, sem que se elimine a ansiedade que pode perdurar pelo resto da vida. Dar conta da origem é mais doloroso para os pais do que para o filho. O encontro com a verdade da infertilidade ou com a inexistência do vínculo genético é uma dor do adulto e não um sofrimento da criança, mesmo que deseje ser parte, sobretudo, do corpo da mãe adotiva.

A negação da origem, ao invés de resolver um problema, com certeza, criará dificuldades psicológicas e existenciais de repercussões imprevisíveis. Poderemos fugir de uma verdade, mas dela não escaparemos.

Que conseqüências constatamos no comportamento do filho adotivo quando ignora a história da sua origem? São pelo menos três as conseqüências indicadas pela nossa prática clínica: sentimento de menos-valia, lentificação em alguns aspectos do desenvolvimento emocional e sentimento de irrealidade.

Para os pais, o desconhecimento da origem do filho pode produzir insegurança e medos – sem dúvida, desnecessários. O não-saber, resultante do não-dito, produz um vazio existencial.

Ao contrário do que muitos pensam, o empenho do filho adotivo na busca de sua origem biológica não está vinculado a uma necessidade afetiva; é, sobretudo, uma necessidade intelectual, cultural e existencial. Isso responde aos pais ansiosos e intranquilos. Nenhum filho adotivo, certamente, premeditará deixar seus pais adotivos se, porventura, encontrar os pais de origem.

Dentre as dificuldades que vivem os filhos adotivos que desconhecem sua história, por mais sucinta que seja, uma sobressai, produzindo problemas, às vezes, difíceis de resolver, ou mesmo contornar. Trata-se do processo de desenvolvimento sexual. Nesses casos, percebe-se em um percentual acentuado de adotivos uma certa precocidade sexual, quando não uma exacerbação da vida sexual. Quando o filho adotado não toma conhecimento de sua história adotiva através das pessoas afetivamente confiáveis, cria-se uma tendência de valorizar desproporcionalmente o único aspecto objetivo que conhecem da sua história: ele foi o resultado de uma relação sexual. É possível que passe a viver sua sexualidade sofregamente, agarrando-se como pode à realização do único elemento claro de sua história. Assim, viver a sexualidade intensamente, torna-se uma maneira de justificar para si mesmo uma ligação histórica, que não poderá ser refutada.

Quando se adota uma criança, está-se provocando uma troca de personagens intensamente valorizados pela cultura: o pai e a mãe. Essa troca de personagens básicos de sua história individual faz com que ela busque, ansiosamente, a identificação de seu passado para poder romper com ele. Esse processo acontece mesmo à revelia dos pais adotivos que, muitas vezes, dificultam o trabalho da criança nessa busca dos pais biológicos, os quais representam as bases de sua história pessoal. Esse fenômeno propicia o estabelecimento de uma regressão de comportamento, isto é, uma tentativa de aparecer e ser vista como uma criança de menos idade. Essa regressão pode ser interpretada como um esforço de retornar à origem, como que buscando um novo nascimento para construir uma ligação com sua nova realidade familiar. Na prática, o filho adotivo precisa viver o luto dos pais biológicos. Ele precisa deixar claro para si mesmo que houve uma transposição na

sua história. Sem negar a sua origem biológica, ele afirma a sua ligação com os pais adotivos, com quem desenvolve uma extensa relação parental de afeto.

Se ele não vive esse processo, podem surgir alguns problemas sérios de relacionamento. Por exemplo: quando a criança interpreta a mãe biológica como aquela que o rejeitou, que a abandonou, enfim, como a “mãe perversa”, existe a tendência de projetar essa percepção naquela que o adotou. Esse fenômeno traz, como consequência, posições de confronto com a mãe adotiva, como se esta também fosse rejeitá-la. Isso explica parte das dificuldades nas relações interpessoais entre os filhos adotados e as mães adotivas.

Por isso, a necessidade da transposição na sua história. A mãe biológica deve como que “morrer” na sua história para dar lugar à mãe adotiva. Tal processo é percebido com mais clareza na luta pessoal da criança, quando a adoção ocorre quando a criança já pode se valer da palavra para expressar, pelo menos, parte dos seus desejos.

Observada sob um aspecto mais objetivo, a criança adotada vive a passagem de um nascimento para outro: é como se fosse um novo nascimento. Na sua interioridade, a figura de mãe passa da morte para a vida com o surgimento da mãe adotiva.

A perda de contato com os pais biológicos interfere na relação com o mundo de forma ampla e profunda, por isso a criança adotada tem uma relação peculiar com a história. Quando ela toma conhecimento da sua adoção, altera-se a sua posição, no que diz respeito às relações interpessoais com as novas figuras parentais. Ela está inserida em uma nova família e precisa construir a sua própria história. Nisso, vai ser auxiliada pelo sentimento de finitude, inerente a todo ser humano, que vai lhe transmitir a visão necessária das fronteiras da vida na forma de um começo e de um fim.

Ao falarmos da importância da história pessoal para o equilíbrio do desenvolvimento humano, no caso do filho adotivo, não nos referimos, necessariamente, ao período anterior à adoção, embora este não deva ser desconsiderado em função dos dados que podem fornecer. A história de uma vida pode começar com um “não sei” que, muitas vezes, é verdadeiro, pelo fato simples e compreensível de que os pais adotivos podem não ter acesso às informações biográficas anteriores à adoção. Quando, indagados sobre o passado histórico do filho,

dizem “não sei”, por não saberem de fato, as ligações parentais biológicas passadas serão fantasiadas pela própria criança. Imprescindível é que haja o entrelaçamento com uma estrutura familiar.

Não se está adotando um filho, no seu sentido mais profundo, se não o ajudarmos a incluir-se no processo da história, isto é, se ele não começar a se sentir semelhante às outras crianças no sentido de ter uma história própria e inteligível. As dores do nascimento do filho adotivo são o mergulho em uma nova história, para a qual ele leva todo um acervo, consciente e inconsciente, das ligações parentais anteriores.

8. Por que o segredo?

Ao analisar a atitude de alguns pais adotivos que, de forma completa ou parcial, tentam manter segredo sobre a origem biológica de seus filhos, entendemos que sua finalidade é conquistar segurança para si e para eles. Desconhecem, no entanto, a impossibilidade de seu intento, pois estariam buscando segurança em um estado de insegurança.

Quanta insegurança se agrega à relação parental adotiva quando se tenta, desnecessariamente, manter segredo! No esforço de preservar o filho de um incômodo social, acaba-se impondo uma desordem individual.

Nas entrelinhas do segredo sobre a adoção, encontramos ainda outro motivo para que continue existindo. Ele serve para proteger os pais inférteis da cobrança da sociedade, que impinge às pessoas a obrigatoriedade de gerar filhos para que sejam “normais”. Lidar bem com a infertilidade é imprescindível para enfrentar a tentação do segredo.

Embora não escondam de seus filhos, muitos pais adotivos continuam, de alguma forma, a assumir uma atitude de segredo, quando recomendam a eles não contarem aos outros sobre sua adoção. Dizem: “é um segredo só nosso”. Usam o segredo como instrumento de proteção para si e o filho, sem perceber que criam uma interrogação sobre a possibilidade de existirem “outras coisas” que não lhe foram ditas. A verdade não pode ser parcial, pois não seria verdadeira. Um fato de ordem existencial, ao ser explicitado, precisa não somente ser, mas também parecer verdadeiro.

O segredo, ainda, interfere de forma prejudicial na formação da identidade pessoal, pois ela é construída sobre eventos que se sucedem, promovendo uma linha de desenvolvimento que dá sentido à pessoa como ser existente. Hiatos históricos significativos dificultam a organização da identidade pessoal. As ocorrências históricas que têm a ver com a vida interna – o nascimento e os primeiros contatos diretos com o mundo – são fatos marcantes que influem na formação da identidade.

Manter o segredo sobre a história adotiva é estabelecer uma situação profundamente injusta para o próprio filho, pois a história é sabida pelos pais adotivos, a mãe biológica, outros familiares, pessoas envolvidas com o nascimento da criança, menos por aquele que tem o direito inalienável de saber: o filho. Aqui o segredo é inaplicável e desumano.

O segredo é, quase sempre, resultante da insegurança provocada pelo medo da discriminação social. É dessa forma que muitos tentam preservar a vida do filho. Como se pode preservar alguma coisa, utilizando-se um instrumento que deteriora?

Uma outra razão de muitos para manter o segredo na adoção é a atitude de rejeição à diferença. Confunde-se diferença com inferioridade, o que dá margem a uma luta inglória para afirmar a todo custo que família biológica e adotiva são iguais, ou que o filho adotivo nada tem de diferente do “filho biológico”. Essa insistência leva, certamente, à negação da origem biológica do filho adotado, o que exige, a cada passo, atitudes distorcidas para encobrir ou explicar o que foi omitido, por não se admitir o caráter de diferença da maternidade/paternidade adotiva.

Sabemos pela experiência que a aceitação das diferenças é uma variável que pode prever uma adoção bem sucedida. O que se distancia demasiadamente da realidade tende a produzir desarmonia na dinâmica da vida. A aceitação das diferenças como um componente da realidade, ao invés de dificultar, organiza, de uma forma mais sólida, a trajetória pessoal. Ninguém vive com segurança divorciado da sua realidade interna.

É verdade que nem sempre os pais podem contribuir para completar essas informações. Podem, no entanto, expor com clareza o que sabem, passando para o filho as informações de que dispõem sem medo e com afeto. Podem até divagar junto

com ele sobre suas fantasias e hipóteses de como as coisas aconteceram. O filho precisa velejar por esses mares desconhecidos, de preferência acompanhados de um navegador experiente.

O segredo sobre a origem tende a colocar o filho em uma situação constrangedora, porque, vivendo o impulso natural para completar sua história, teme ser desleal com os pais adotivos que, indireta ou veladamente, dificultam sua pesquisa.

9. O não-dito

Negar faz parte do processo pedagógico, do mesmo modo como a frustração tem papel relevante na aprendizagem. Com certeza, nosso primeiro impulso é ouvir “sim” a tudo, buscando a satisfação imediata dos nossos desejos. No entanto, o passar do tempo, nos vai mostrando que aquilo que consideramos agradável nem sempre combina com o que é bom para produzir segurança e estabilidade.

Da mesma forma, porém, negar ou silenciar, sendo ações benéficas e construtivas, podem ser, também, em outros momentos, atitudes destruidoras, perversas e desumanas. Como decidir alguma coisa em que o outro está implicado sem que ele de nada participe? O não-dito é um instrumento de crueldade, porque surpreende e reduz as possibilidades de o outro se organizar para enfrentar a desordem que poderá acontecer.

Diante de situações graves ou importantes, há pessoas que optam pelo recurso do não-dito para implementar suas decisões com o objetivo de reduzir o sofrimento do outro ou com a finalidade de diminuir sua dor pessoal ou, ainda, pelo medo de se confrontar com uma realidade angustiante. O não-dito é um instrumento do egoísmo. A negação da verdade que o outro tem o direito de saber é evidência de fraqueza diante de uma realidade existencial.

Há momentos que o silêncio se aproxima da perversidade, porque engana, provoca dúvidas, fragiliza, angustia, desvitaliza.

O silêncio sobre a verdade – agradável ou incômoda – é uma forma de domínio sobre quem confia sem questionar a confiança.

É nesse ponto que compreendemos como é prejudicial fazer da verdade existencial um segredo indevido. Como

projetar adequadamente o futuro se ignoramos os elementos norteadores das experiências passadas? Quem ama não esconde a verdade, porque a ligação afetiva suporta os embates da incomodidade de alguns sentimentos ou fatos desagradáveis. A verdade fortalece a confiança e esta aprofunda o amor.

O “não-dito” estimula a fantasia sobre os fatos que não comportam os acréscimos da imaginação. Quando negamos, silenciemos ou, mesmo, dificultamos o acesso à história adotiva, estamos contribuindo para a exacerbação da fantasia o que, nem sempre, resulta em benefícios para o desenvolvimento.

O “não-dito” é uma farsa, porque, quer queiramos ou não, existe uma comunicação silenciosa entre pais e filhos, que transcorre consciente ou inconscientemente. É engano se pensar que o que não se fala não é dito. O dito não resulta só da palavra falada, mas da palavra pensada, sentida e vivida.

Nas ligações afetivas, a comunicação transcende o consciente. É nesse encontro que ultrapassamos as barreiras do racional e mostramos um ao outro a face à qual poucos têm acesso. É nesse momento que se estabelece a verdadeira comunhão. Viver só o consciente seria pouco para quem ama. O amor também se nutre do inconsciente.

O segredo sobre a filiação adotiva pode alterar a trajetória do desenvolvimento pessoal, produzindo consequências inimagináveis. Supondo estar preservando, poderemos estar preparando o caminho do sobressalto, das dúvidas e das incertezas.

Uma pessoa sem passado e sem história vive uma descontinuidade genealógica. É preferível a construção de uma personalidade sobre uma história difícil e sofrida do que tentar moldá-la sobre o vazio.

A experiência nos ensina que o que não é anunciado, com certeza, será denunciado.

10. Como e quando contar

Sem dúvida, fica claro que a atitude mais coerente e segura para o desenvolvimento psicológico da criança adotada é integrá-la na sua história, o que implica proporcionar-lhe as informações possíveis sobre sua origem biológica. Mesmo as

peessoas que resistem à idéia, compreendem que falar é melhor do que silenciar.

Dentre os critérios que habitualmente usamos para lidar com essa questão, revelar a verdade seria o mais saudável. Algumas perguntas, no entanto, se impõem diante da importância do assunto. Que é a verdade, nesse caso? Será o relato genérico da história da adoção? Será a especificação detalhada de todos os trâmites que percorreram o processo adotivo? Ou dizer a verdade significará a descrição dos fatos independentemente do impacto que provocará na criança? Enfim, a que "verdade" nos referimos, quando falamos de "revelação"?

A resposta a muitas dessas perguntas é de ordem estritamente individual.

Crianças que não são informadas sobre sua história adotiva serão, por certo, adolescentes com um fardo a mais para carregar além dos muitos que lhe são impostos naturalmente pelo processo de desenvolvimento.

Não podemos, em sã consciência, estabelecer uma conduta rígida para essa questão. A experiência nos diz com segurança o que, geralmente, é o melhor segundo a avaliação dos resultados ao longo do desenvolvimento psicológico pessoal, mas também nos mostra que precisamos examinar determinadas situações à luz daquilo que é o grande patrimônio do ser humano: a individualidade.

Por essa razão, levantamos a possibilidade do direito de não-saber como do direito de não-dizer, embora não possamos medir suas conseqüências. A cada direito corresponde uma responsabilidade. A cada ação, uma reação. A cada omissão, um vazio.

Até aqui temos dito que é aconselhável contar à criança adotada a sua história naquilo que a ajude a compor sua biografia pessoal, independente das suas ansiedades e mesmo, das angústias que possam produzir. Temos aprendido que é preferível revelar a esconder, até porque será quase impossível impedir que conteúdos dessa natureza fiquem em segredo durante o tempo todo. Nesse caso, as verdades ditas ou descobertas muito tempo depois de ocorridas, podem produzir dúvidas sobre sua integridade. Se ficaram escondidas propositadamente por um tempo prolongado, quem nos garante que, ao serem reveladas, o foi por inteiro e sem distorções?

Entretanto, não parece tão simples, mesmo tendo amostragens significativas e extensa experiência clínica, afirmar que revelar a história da adoção é uma prática que não admite exceções. Se revelarmos desde muito cedo, parece que não encontraremos problemas mais adiante. Na medida, porém, que adiarmos essa decisão, maiores cuidados teremos de tomar ao abordar o assunto. Esse é o caso das situações em que a revelação ocorre após cinco ou seis anos de idade, quando os benefícios do conhecimento da história podem vir junto com prejuízos decorrentes da forma pela qual ela é interpretada pela criança.

Entendemos o dilema em que alguns se encontram, quando se vêem frente a frente com a decisão de contar ou não contar a um filho sua história de adoção. Há os que resolvem com mais presteza, definindo uma posição, às vezes, baseada na convicção instruída pela pesquisa ou informação de terceiros mais experientes. Outros há que decidem, mesmo contrariando a maioria, pela não revelação dos fatos. Ainda outros, sem posição clara, também decidem, adiando qualquer tipo de providência. Decidem pela indefinição.

Nas entrelinhas da decisão sobre uma questão dessa importância, identificamos, com maior ou menor intensidade, as interrogações advindas das mudanças que ocorrerão após a revelação. Sem dúvida, haverá mudanças.

Qualquer revelação altera o comportamento, porque se trata de um acréscimo no acervo de experiências, interferindo, assim, na forma de considerar e interpretar a vida, o mundo e as pessoas. Não seremos mais os mesmos após nos ter sido revelada a verdade, independente da sua natureza. Apenas as modificações produzirão maior ou menor repercussão, dependendo da importância pessoal que tenha o conteúdo revelado. De qualquer modo, nos tornamos diferentes.

Não poderemos prever o que seremos após uma revelação significativa. Provavelmente é essa situação que amedronta pais adotivos que ainda estão indefinidos sobre se devem ou não desvendar para o filho o que está encoberto pelo manto do silêncio.

Quando alguém toma conhecimento de fatos de sua história até então ignorados, entendemos ter havido um ganho, uma conquista de uma parte de si que estava perdida na memória. Algo foi acrescentado e, portanto, ampliou-se também a possibilidade de crescimento pessoal pelo uso de um

instrumental histórico mais rico e diversificado, que dá sentido à sua relação com o mundo.

Esse acréscimo é, às vezes, temido por alguns – e aqui estão muitos pais adotivos – por despertar a possibilidade de perdas. Receiam esses pais perderem a primazia da afetividade do filho ou, até, o filho mesmo. Para esses o ganho do filho seria uma perda para si. É nesse momento que precisamos de maturidade para descobrir que o filho é uma pessoa que tem seus direitos individuais. O ganho do filho não implica perda para os pais.

Quando decidimos adotar um filho, estamos implicitamente assumindo as mesmas responsabilidades de quem gera seu próprio filho, sendo que a adoção nos leva à confrontação com a revelação da forma pela qual ele se tornou filho. A direção dada a essa questão vai influir em aspectos importantes da formação de sua personalidade, bem como da auto-imagem, auto-estima e reconhecimento de seu valor como pessoa.

A revelação trará conseqüências das quais não poderemos nem precisaremos fugir. Tais ocorrências não devem ser vistas apenas sob o prisma de dificuldades e sofrimentos. Elas são, sobretudo, boas e construtivas, mesmo que em algumas ocasiões apresentem momentos de incomodidade. Por essa razão, é indispensável que se estabeleça desde o início uma convivência fundamentada no amor e na verdade. Quem não ama também não suportará as diferenças por muito tempo. Não basta gostar do filho; é preciso amá-lo.

Se tomarmos como referência o adolescente adotivo, identificaremos com mais objetividade as interferências da origem histórica no seu comportamento, pois as mudanças, geralmente conturbadas, tendem a se acentuar, sobretudo, pela exacerbação das fantasias. É uma característica comum nos adolescentes viverem com intensidade fantasias sobre o passado e o futuro. Para o adotivo, aquelas fantasias que dizem respeito à sua vida pregressa ocupam espaço de destaque, exatamente porque é na fantasia que ele busca completar as lacunas da realidade desconhecida.

Nesse contexto da adoção, os pais biológicos são o tema preferido a respeito do qual elaboram fantasias boas e más. Embora as atenções sejam inicialmente voltadas para a figura materna biológica, percebe-se um esforço em “desenhar” na mente a figura do pai, personagem quase sempre ignorado no

processo adotivo. A referência mais freqüente é de fato à figura da mãe, ficando o pai no esquecimento, até mesmo porque, na maioria dos casos, ele se ausenta e não assume o filho, nem mesmo para decidir sobre a adoção. Os próprios pais adotivos, quando começam a falar ao filho sobre sua origem, mencionam exclusivamente ou, pelo menos, de uma maneira enfática, a mãe biológica. É verdade que uma criança muito pequena terá dificuldade de compreender a participação do pai no seu nascimento. No entanto, mesmo no decorrer do tempo, quando se volta ao assunto, a posição dos adultos continua a mesma em relação ao pai biológico.

Não se pode prever as reações inadequadas decorrentes de conflitos históricos e genealógicos não resolvidos. No caso dos filhos adotivos, temos um caminho a tentar: expor a verdade.

Devemos, entretanto, compreender que a revelação da verdade não impedirá reações de desagrado. Essa é, ainda, a melhor conduta, porque, se necessário, teremos acesso à situação instalada com a autoridade de quem não enganou, podendo, assim, ajudar diretamente ou por intermédio de terceiros na ordenação das mudanças provocadas.

Seguindo o raciocínio de que, apesar das dificuldades, o melhor para o filho adotivo é revelar-lhe a história, nos encontramos com aspectos de ordem prática que não podemos evitar e que se resumem em uma pergunta: "Qual a idade apropriada para falar ao filho sobre sua adoção?" A essa pergunta incisiva e insistente, espera-se uma resposta objetiva e clara. Seria, no entanto, temerário, oferecer uma resposta padronizada para situações individuais.

A época de se falar à criança sobre o assunto dependerá de fatores ambientais no grupo familiar, sobretudo, da preparação dos pais para tomarem a iniciativa. Além disso, se deverá levar em conta o momento de desenvolvimento de cada criança. Essa forma de abordar a questão deixa margem a avaliações que apresentarão, certamente, resultados tão diversificados quantas forem as crianças que precisem conhecer sua história.

É exatamente aqui que a experiência, seja de pais adotivos, seja da clínica psicológica, vem em nosso auxílio para apontar algumas coordenadas.

Vejamos algumas formas de conduzir o assunto:

É importante contar o mais cedo possível. E o que é “o mais cedo possível”? Pensamos que, tendo em vista a situação individual de cada criança, entre dois e três anos de idade, é uma boa época para se contar a história da adoção.

Essa é uma ocasião em que ela não exigirá detalhes nem, certamente, questionará a informação, o que deixará os pais mais à vontade para estabelecerem até que ponto devem falar, ao mesmo tempo em que se sentirão mais liberados das tensões e do medo da revelação.

Um outro momento é contar quando a criança puder entender. Essa é uma variante da sugestão anterior, que nos remete à avaliação da criança para entender o mínimo que pretendemos comunicar. Nem sempre conseguimos avaliá-la convenientemente.

Algumas pessoas optam por uma outra estratégia: contar quando a criança perguntar. Pensam que esse seria o momento ideal porque estariam atendendo a um desejo seu, ficando assim, mais fácil para ambas as partes. Se isso coincidir com o período dos dois ou três anos, não haverá tanto problema. Entretanto, duas questões chamam-nos a atenção. A primeira é que uma criança tão pequena tomasse tal iniciativa. Dificilmente ela faria esse tipo de questionamento. A segunda é que se o fizesse, seria indício de alguma informação ou percepção anterior, o que estaria indicando que os pais demoraram a falar no assunto.

Achamos que, nesse caso, não é prudente aguardar que ela pergunte, até porque a demora demasiada poderá trazer prejuízos ao seu desenvolvimento emocional.

Há, entretanto, quem ache melhor deixar que a criança descubra por si mesma. Essa parece a opção menos adequada, porque deixará a criança desguarnecida emocionalmente para se encontrar com uma experiência que, certamente, será traumática ou, no mínimo, surpreendente.

Como vemos, não há muitas alternativas para enfrentar a questão. A experiência indica com bastante segurança que falar à criança sobre sua adoção é o mais adequado do ponto de vista pedagógico e psicológico.

Sabemos, no entanto, que não há fórmulas, nem mesmo a indicação de um momento exato para se falar sobre o assunto. Achamos que é preciso respeitar o ritmo e o tempo interno de pais e filhos, evitando seguir orientações apenas por serem

tecnicamente aconselháveis. O que parece correto para uns casos pode não se aplicar a outros. Se sozinhos não conseguirmos chegar a um discernimento, é prudente que procuremos ajuda de terceiros.

Tudo isso nos indica que há determinadas decisões de vida para as quais teremos de buscar uma preparação antecipada, embora haja coisas que só aprendemos à medida que as vivenciamos. Com respeito à adoção, é verdade que precisamos ter claros nossos motivos antes de decidir sobre ela. A vivência profissional e pessoal nos tem indicado que falar ao filho sobre sua história de adoção exige de nós clareza e definição antes de acontecer o momento da revelação.

11. As condições para contar

É prudente atentarmos para algumas condições básicas para que a revelação ocorra de uma forma boa do ponto de vista pedagógico e emocional.

É importante que a ocasião de falar à criança sobre sua história de adoção não coincida com momentos críticos do seu desenvolvimento. Isso significa que há épocas conturbadas que têm a ver com mudanças acentuadas de comportamento. Essas "crises" decorrem do próprio processo de desenvolvimento e, portanto, não precisam ser consideradas como uma patologia ou algo estranho e prejudicial. Apenas não devemos acrescentar a um momento sensível e delicado uma situação que, em si, já traz uma carga emocional de grande significação.

Sabemos, por exemplo, que é comum ocorrer uma concentração de mudanças de comportamento em três épocas específicas da infância: ao redor dos quatro, seis e dez anos. Por essa razão, é prudente evitar abordar o assunto da origem biológica nas imediações dessas idades.

Outro cuidado que precisamos ter é avaliar como estão transcorrendo as relações entre as pessoas que compõem o grupo familiar mais imediato da criança, como pais e irmãos. A existência de conflitos nas relações familiares poderá atropelar o processo de compreensão e aceitação da história que será repassada a ela. Com certeza, a insegurança da criança será acentuada, dificultando o processo de elaboração dos novos conteúdos de sua história pessoal.

O momento da revelação não deve ser vinculado a vivências e experiências significativas para a criança como, por

exemplo, o começo da vida escolar ou o nascimento (ou adoção) de um irmão. Seria sobrecarregá-la emocionalmente. Embora não possamos afirmar, haverá a possibilidade de a criança fazer associações indevidas de rejeição e discriminação. No momento em que estaria sendo informada sobre sua origem biológica, também estaria sendo mandada para “fora de casa” (como, por exemplo, ir para a escola) o que poderia levá-la a sentir-se discriminada.

Nessas questões, temos que considerar sempre os fatos sob o ponto de vista da percepção infantil e não sob a óptica racional do adulto.

Uma outra condição importante para se falar à criança é ter a presença (quando for o caso) do pai e da mãe para que ela perceba a ação e a reação dos dois à situação nova que começará a viver. Nessa hora a tranquilidade, a segurança e o aconchego corporal são elementos de muito conforto para a criança.

Sugerimos também que, nessa ocasião, não se deixe de imediato, a criança sozinha para que não se sinta “abandonada”, após uma notícia inesperada e que começará a produzir as conseqüentes e normais fantasias. Se, no entanto, ela tomar a iniciativa de se afastar, é preciso respeitá-la, sem interpretar, necessariamente, essa atitude como uma reação de rejeição.

Em se tratando de uma criança pequena, é importante relembrar que deve ser dito apenas aquilo que é fundamental para a compreensão da história, pois o objetivo é comunicar o fato de que ela nasceu da barriga de uma outra mãe. Outros elementos que sejam importantes para ela virão à medida que sua compreensão permitir, ou por sua iniciativa em perguntar.

Para alguns pais, já que é tão difícil e doloroso falar sobre o assunto, quando o fazem, querem logo contar tudo para se desvencilharem do problema. A revelação, no entanto, não é um ato único; é um processo.

14. E os pais biológico?

A essa altura cabe fazer algumas considerações sobre os pais biológicos dos filhos adotivos. Este é um tema não somente delicado como importante e necessário.

Seria ilusório relegar o assunto ao esquecimento, porque ele está na memória, tanto de quem tenta esquecê-lo, quanto daqueles que têm medo de lembrá-lo.

A experiência com pais adotivos nos dá indicações estatisticamente significativas sobre sua “relação” com os pais biológicos de seus filhos.

É preciso que retomemos, sem medo, a compreensão de que os pais biológicos são mais do que um conjunto de mecanismos que, pela sua função, produziram o filho que agora é “nosso filho”. Eles são pessoas com todas as características de pessoa, com seu caráter de ser existente e individual.

Quando pensamos nos filhos adotivos, estamos também pensando nos pais biológicos, pois há uma ligação indestrutível entre eles, que é não apenas a ligação genética, a memória, na sua acepção mais ampla. A vinculação histórica entre os pais biológicos e seus filhos, mesmo separados no tempo e no espaço, não se destrói, porque a memória persiste.

Essa realidade não constitui problema para a relação parental adotiva, porque a “memória histórica” não modifica a relação afetiva que marca a verdadeira relação pai-mãe-filho. O medo descabido da história tem construído barreiras ao desenvolvimento dos filhos adotivos. O fantasma da origem que ronda a segurança dos pais adotivos tem criado dificuldades existenciais expressivas para seus filhos, alimentando neles o receio de viver com mais espontaneidade os desejos e a curiosidade sobre sua história. Esse receio intensificado poderá estabelecer sentimentos de culpa angustiantes, a ponto de se sentirem desleais e desonestos por acalantar sonhos e desejos em relação aos pais de origem.

A imagem dos pais biológicos não se apaga da mente do filho adotado, mesmo que não tenha convivido com eles após o nascimento. Sabemos, no entanto, que houve um convívio de grande significação durante o tempo da gestação. É evidente que não estamos nos referindo à imagem no sentido da fisionomia e da forma corporal. De qualquer modo, se não for retida a imagem real, com certeza, ficará na criança a imagem idealizada. Enganamo-nos se pensamos que se extingue no filho adotivo a imagem de seus pais biológicos.

Tentar desviar a atenção ou o interesse dos pais biológicos é não somente inútil, como desrespeitoso. Não temos o direito de mutilar a biografia de nossos filhos. A adoção aparece na vida da criança como um novo capítulo da sua biografia, que será escrita com os elementos que fornecemos e que ela construirá conforme sua percepção e interpretação pessoal.

Não será difícil, na prática, conduzir essa questão. Não temos que, necessariamente, a todo o momento, estimular a pesquisa, ainda mais, quando, quase sempre, não dispomos de elementos significativos de ajuda. Mas uma coisa é certa: ao mínimo interesse da criança em conhecer sua história, é preciso que perceba em nós a clara disponibilidade de ajudá-la nessa busca.

É pedagogicamente importante que os pais adotivos tenham em mente que os pais biológicos que não criaram seus filhos não são estruturalmente diferentes daqueles que os adotaram.

Sob o ponto de vista da psicologia individual, a adoção apresenta um aspecto particularmente rico de significado. Quando analisamos o comportamento de quem doa o filho e de quem o recebe, constatamos a coragem de um e de outro. Aquele abandona as expectativas em relação ao filho, este levanta interrogações sobre o passado e o futuro do filho que adotou.

15. O processo educacional do filho adotivo

Adotar um filho não é simplesmente realizar o sonho acalentado de ser pai ou mãe. Nem tampouco preencher um vazio existencial e, muito menos, resolver a necessidade instintiva da continuidade. Não é também buscar uma companhia, nem dar expressão às sensibilidades sociais de ajudar uma criança desvalida.

Antes de se adotar um filho, está-se adotando uma pessoa na sua forma ampla e mais abrangente com suas características individuais, particularidades de personalidade e destino pessoal.

É no meio dessa riqueza de atributos e originalidade que caminhamos no sentido da integração afetiva. É esse encontro

com o filho que se estrutura a relação de parentalidade que, de tão profunda e envolvente, torna-se indissolúvel. Perde-se a noção do começo e do fim, porque o afeto persiste além dos limites nos quais queremos contê-lo.

Desse ponto de vista, a relação parental adotiva pede a construção continuada de uma forma de vida que não ignore as particularidades daquele que não mais pode deixar de ser filho, porque o afeto moldou o sonho e a realidade, tornando-se uma peça única e indivisível. É nessa realidade que se estabelece o caminho da vida, dando ensejo ao estabelecimento de um projeto educativo.

Os pais adotivos se tornam, dessa maneira, responsáveis pelo oferecimento do afeto àquele que o busca para viver o milagre da vida. Somos responsáveis pelo aceno afetivo a quem dele necessita para se certificar de que a vida continua. Quando se dá afeto, está-se abrindo o acervo de tudo o mais que temos e somos. Se chamamos alguém para a vida, obrigamo-nos a indicar um caminho viável e seguro. Pais são necessariamente pedagogos.

Assim, quando nos voltamos para os pais adotivos, em função do projeto educativo que estabelecem para seus filhos, entendemos que alguns pressupostos precisam ser atendidos.

Em primeiro lugar, não se pode guiar uma criança na condição de filho sem que a aceitemos com a sua história pessoal. A relação filial implica a aceitação completa, isto é, da pessoa juntamente com a sua biografia.

Em segundo lugar, é imprescindível que os pais adotivos já tenham resolvido na sua interioridade as questões relativas às dificuldades ou impossibilidades de procriar. Essa referência vale também para aquele que, podendo procriar, abdica dessa condição, assumindo a infertilidade do outro. Somente assim, o filho adotivo será o verdadeiro filho de cada um.

Em terceiro lugar, espera-se que, na mente dos pais adotivos, esteja equacionada de uma forma emocionalmente saudável a fantasia sobre os pais biológicos de seus filhos. A negação ou ocultação dos pais de origem dificultará o processamento seguro e determinado da convivência educativa.

À procriação segue-se a criação e esta prossegue de mãos dadas com a educação. Não se pode dissociar criação de educação, pois, isoladamente, ambas são incompletas e levam a criança à insegurança e a uma baixa qualidade de vida. Criar implica os suprimentos de subsistência, o que exige presença física, possibilitando as ligações de afeto. Educar é dar oportunidade de aprendizagem no seu sentido amplo; é conduzir o filho no processo de incorporação dos valores da família e da comunidade humana e dar referenciais para que ele encontre sua forma individual de viver.

Para isso é preciso que os pais também tenham em si esses valores e que vivam na prática aquilo que tentam ensinar a seus filhos. De ninguém se exige perfeição, mas de todos se espera que ela seja uma meta. O importante não é atingi-la na sua plenitude, mas tomá-la como referencial do processo de desenvolvimento pessoal.

Ao contrário do que muitos imaginam, na educação dos filhos, não basta ensinar de uma forma explicativa. As crianças entendem pouco o que lhes explicamos sobre valores éticos, morais e espirituais. Mais fácil e simples para elas é constatar, na vida de quem ensina, a verdade que lhe é mostrada. A exemplificação supera a explicação. A vivência está acima da descrição.

Há pais que pensam estar educando quando apenas descrevem a verdade. Descrever é insuficiente. Inscriver é indispensável. É a diferença entre descrever e inscrever que vai indicar a validade do processo educativo. Inscriver os valores é dar ao filho a oportunidade de experimentar, de forma pessoal e individual, o que ele observa na vida das pessoas significativas para ele. Nada será exatamente repetido, mas tudo será avaliado, aceito ou rejeitado, modificado, transformado e adaptado às características e potencialidades de cada um. Teremos feito nosso trabalho educativo quando o filho tiver encontrado sua forma original de viver.

Educar os filhos inclui a consideração de tudo o que é relevante para eles. Educação implica convivência.

Luiz Schettini Filho – CD Filhos por Adoção

E-mail: luizschettinifilho@uol.com.br